



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MEIRILÂNDIA RUFINO LOPES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

CAJAZEIRAS/PB
2019

MEIRILÂNDIA RUFINO LOPES

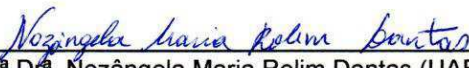
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

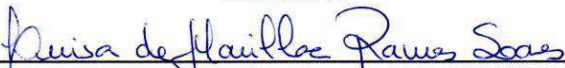
Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Pedagogia do
Centro de Formação de Professores
da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de
Graduação em Pedagogia,
Licenciatura.

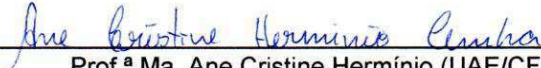
Orientadora: Dr.^a Nozângela Maria
Rolim Dantas

Aprovado em: 19 / 06 / 2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Nozângela Maria Rolim Dantas (UAE/CFP/UFCG)
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Luisa de Marillac Ramos (UAE/CFP/UFCG)
Examinadora 1


Prof.^a Ma. Ane Cristine Hermínio (UAE/CFP/UFCG)
Examinador 2

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

L864e Lopes, Meirilândia Rufino.
Educação inclusiva na perspectiva de professores de alunos com deficiência
auditiva / Meirilândia Rufino Lopes. - Cajazeiras, 2019.
48f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Educação de surdos. 2. Educação inclusiva. 3. Ensino fundamental I. 4.
Inclusão de alunos surdos. 5. Formação docente. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim.
II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

Dedico este trabalho a Deus por me dar sabedoria e discernimento para escrevê-lo e a toda minha família, em especial, a minha filha Rebeca Rufino Lima, pela paciência diante dos momentos difíceis vividos no decorrer da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A DEUS primeiramente que me proporcionou este momento de vitória e glória.

A minha filha amada Rebeca Lima, pela distância, as noites mal dormidas e o pouco tempo juntas durante essa jornada.

Ao meu esposo Rivaldo Costa Lima, pela compreensão e paciência nos momentos mais difíceis e importantes da minha vida, incentivando-me e apoiando-me no decorrer de toda minha caminhada acadêmica.

À minha família: meus pais Maria de Fátima e Damião, que contribuíram na minha formação dando-me forças, incentivando sempre que foi preciso, minha tia Roseneide Rufino por cuidar de minha filha para que eu terminasse o curso e aos demais familiares que também contribuíram de forma indireta no meu desenvolvimento acadêmico.

A minha orientadora Nozângela, que durante as orientações foi importantíssimo sua contribuição para a realização desse trabalho acadêmico, obrigada pelos seus ensinamentos e paciência.

Enfim, a todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e pelos seus ensinamentos construtivos. A todos funcionários da UFCG que sempre me trataram bem.

Aos colegas de salas, e as amigas próximas que sempre me apoiaram, e que sempre farão parte da minha vida.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CFP- Centro de Formação de Professores

FENEIS- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS- Lei Brasileira de Sinais

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

PPP- Projeto Político Pedagógico

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos educadores.....	28
Quadro 2: Percepções sobre a educação inclusiva.....	29
Quadro 3: Atendimento a criança surda em sala especializada e regular.....	31
Quadro 4: Suporte da escola para a criança surda.....	32
Quadro 5: Formação continuada específica para criança surda.....	33
Quadro 6: Formação dos professores que ensina criança surda.....	34
Quadro 7: Dificuldades e estratégias dos professores.....	35
Quadro 8: Pontos positivos no ensino de surdo.....	37

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar a partir da percepção dos professores, as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva durante o ensino fundamental I. Para tanto, como objetivos específicos delimitamos os seguintes: identificar como a inclusão de alunos surdos acontece no espaço escolar; averiguar se os direitos estão sendo efetivados dentro da instituição; e por último., averiguar se a formação do professor o prepara para lidar com o aluno surdo. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi orientada na perspectiva da abordagem qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturadas, realizadas com professores que trabalham em salas de ensino regular e especializado na cidade de São José de Piranhas-PB. Através desses instrumentos buscamos verificar os aspectos que contribuem para a execução da proposta do ensino baseado na perspectiva da inclusão do aluno com deficiência auditiva. Na composição das reflexões contidas neste trabalho, consideramos questões como: a formação docente, a reorganização do ambiente, a importância do interprete em sala, a participação da família na educação dessas crianças, a alfabetização e a cultura dos surdos. De acordo com os resultados investigados, percebemos que os professores não estão preparados para ensinar criança surda, além disso, o ensino de libras para ensinar as crianças surdas deixa a desejar, sendo que também as professoras não têm o auxílio do interprete em sala para ajudar na comunicação entre professor e aluno e por fim a falta de incentivo do poder público para habilitar os professores, para que as crianças surdas tenham um ensino de qualidade e igualitário.

Palavras-chave: Inclusão. Dificuldades. Formação docente.

ABSTRACT

This work aims to identify from the teachers' perception the main difficulties faced by students with hearing impairment during elementary school I. For this purpose, as specific objectives we delimit the following: identify how the inclusion of deaf students happens in the school space; ascertain whether rights are being enforced within the institution; and finally, to determine if the teacher training prepares him or her to deal with the deaf student. In order to reach the proposed objectives, the research was oriented from the perspective of the qualitative approach. As data collection instruments we used the semi-structured interview, carried out with teachers who work in regular and specialized teaching rooms in the city of São José de Piranhas-PB. Through these instruments we seek to verify the aspects that contribute to the implementation of the teaching proposal based on the perspective of the inclusion of students with hearing impairment. In the composition of the reflections contained in this paper, we consider issues such as teacher training, the reorganization of the environment, the importance of the interpreter in the classroom, the participation of the family in the education of these children, literacy and the culture of the deaf. According to the results investigated, we realized that teachers are not prepared to teach deaf children, in addition, the teaching of pounds to teach deaf children leaves something to be desired, and also teachers do not have the help of the interpreter in the room to help in the communication between teacher and student and finally the lack of incentive of the public power to enable teachers, so that the deaf children have a quality and egalitarian education.

Keywords: Inclusion. Difficulties. Teacher training.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA.....	13
2.1 A educação em pessoas com surdez.....	15
2.2.1 A importância do projeto político pedagógico na inclusão.....	16
2.1.2 Reorganização do ambiente escolar.....	17
2.1.3 Participação da família no contexto escolar.....	18
2.2 Formação de docente na educação inclusiva de alunos surdos.....	19
2.2.1 Interprete de línguas de sinais.....	21
2.2.2 Alfabetização das crianças com surdez.....	21
2.2.3 Cultura surda.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
3.1 Tipo de pesquisa	25
3.2 Caracterização do <i>lôcus</i> da pesquisa.....	26
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	26
3.4 Instrumento de coleta de dados	27
3.5 Análise dos dados	27
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	29
4.1 TEMA 1: Concepção de educação inclusiva.....	30
4.2 TEMA 2: Atendimento da criança em sala.....	31
4.3 TEMA 3: Formação dos professores.....	34
4.4 TEMA 4: Dificuldades e estratégias para ensinar crianças surdas.....	36
4.5 TEMA 5: Pontos positivos ao ensinar crianças surdas.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	44

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a pessoa com deficiência conquistou direitos e deveres que possibilitam a sua participação dos bens culturais, sociais e de lazer na sociedade. Além do mais, a pessoa com deficiência, também tem o direito de ser incluída no âmbito escolar, em igualdade de direitos, como qualquer outra pessoa que reside no território brasileiro.

A educação inclusiva hoje é garantida por lei, para pessoas com deficiência no ensino regular em escolas públicas ou particulares. Então, as instituições de ensino devem estar preparadas com profissionais capacitados para receber essas crianças/jovens para dar o suporte necessário, e também se deve preocupar com a infraestrutura (rampas, sinais, elevadores, entre outras) para melhor adaptação e desenvolvimento desses alunos.

Nesse sentido, o tema dessa pesquisa surgiu durante 6º período do curso de Pedagogia na disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a partir de um trabalho de campo sobre inclusão dos alunos surdos na sala regular e na sala de Atendimento Educacional Especializada (AEE), em que percebi que o atendimento do estudante precisa ser melhorado com ajuda de novas metodologias e com o auxílio do intérprete para que o ensino seja de qualidade. Além de que, foi observado a falta de capacitação de profissionais para ensinar lidar com essas crianças, e especial, com as crianças surdas.

Então, a temática é importante para que possamos rever como está sendo o trabalho do profissional e como pode ser melhorado para beneficiar seus alunos com surdez. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para que os professores da educação básica reconheçam que a educação inclusiva é um direito de todos os indivíduos, e que possam oferecer aos alunos com deficiência auditiva uma educação de qualidade, no sentido de promover avanços significativos na vida dessas crianças.

Assim, com ênfase nas leituras e pesquisas realizadas sobre educação inclusiva de crianças com surdez, definimos, como objetivo geral para esse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: Identificar a partir da percepção dos professores, as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva durante o ensino fundamental I. Como objetivos específicos, destacamos: Identificar como a inclusão de alunos surdos

acontece no espaço escolar; averiguar se os direitos estão sendo efetivados dentro da instituição; e por último., averiguar se a formação do professor o prepara para lidar com o aluno surdo.

Defendemos que a criança com qualquer necessidade especial deve estar inserida numa escola bem estruturada, em turma regular, para que seu aprendizado aconteça mediante as relações com as outras crianças. É de extrema relevância que a escola e os profissionais que a compõem tenham uma qualificação capaz de atender as necessidades de cada aluno. Assim, despertou-nos a questão: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva durante o ensino fundamental I, na perspectiva dos professores? Além disso questiona-se se o professor consegue perceber a dificuldade que esse aluno com deficiência auditiva enfrenta.

Nesse sentido, para realização deste trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada. Então essas abordagens foram realizadas com os docentes que trabalham em sala regular e inclusiva, dos anos iniciais do ensino fundamental I. Portanto, com as informações recolhidas por meio desse instrumento, foi possível conhecer, descrever e refletir sobre o contexto que os professores estão inseridos.

Para entendermos mais sobre a temática em estudo, este trabalho foi organizado em quatro capítulos: O primeiro capítulo trata do contexto histórico e os documentos legais que marcam os avanços significativos sobre o processo de Inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras. Nesta seção abordaremos aspectos como, a formação docente, participação da família e alfabetização da criança surda.

No segundo capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer de todo trabalho. No terceiro capítulo trata das análises dos dados coletados durante a pesquisa de campo, e as reflexões a partir dos estudos bibliográficos.

2 REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

A inclusão pode ser entendida como qualquer forma de incluir pessoas com deficiência dentro do convívio social, sem diferenciação e nem discriminação. Dando oportunidades de interação na sociedade buscando atendê-las para que possam se desenvolver normalmente, no convívio diário com as outras pessoas.

Na educação esse processo de socialização acontece com o envolvimento da família, da escola e da sociedade, com intuito de promover as relações interpessoais no âmbito escolar e social. A LDB publicada em 1996, (BRASIL,1996) preconiza no Art.58 S 2º que: “O atendimento educacional será feita em classes, escolas ou em serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.”

Assim, a inclusão tem como garantia uma educação para todos incluindo as pessoas com necessidades especiais no ensino regular, para que os sujeitos sejam participativos diante a sociedade. Reis (2008, p.10) destaca que:

[...] praticamente todos os países no mundo garantem legalmente o direito de acesso à educação e a permanência na escola básica. Há um reconhecimento mundial em relação à educação escolar ser fundamental na formação para a cidadania, pois contribui para a participação do sujeito nos espaços sociais e políticos [...].

Com isso, as escolas devem estar preparadas para receber esses alunos, incluindo-os nas salas do ensino regular. Sendo que o sistema de ensino deveria ser revisado de forma que atenda às suas necessidades individuais. Os benefícios da educação inclusiva são inúmeros, pois o aluno que frequenta a sala de aula regular terá uma participação direta que irá proporcionar uma interação social, intelectual e afetiva. Nesse ambiente poderá encontrar condições para se desenvolver e criar vínculos afetivos conforme sua capacidade emocional. Nesse sentido, Bueno (2001, p.6) destaca que:

Com relação ao alunado, a escola como espaço de convivência social, se torna um centro de referência pessoal que marca os sujeitos que por ali passam, pelo simples fato de estar nessa e não em qualquer outra, fruto de traços que a identificam, a

tornam única: as oportunidades de convívio, as atividades das quais participam, as formas pelas quais 'vivem' o cotidiano escolar.

Assim, podemos entender não apenas como uma pessoa com deficiência, mas com um amplo olhar, que entende que qualquer pessoa que tenha necessidade educacional precisa ser atendida na escola de maneira inclusiva, buscando superar os obstáculos que impedem o aprendizado nos âmbitos educacionais e sociais.

Portanto, a educação inclusiva traz um olhar particular para mostrar que todas as pessoas têm o direito a uma educação de qualidade, independente da sua deficiência. São sujeitos capazes de se desenvolver em condições que se adequem a necessidade de cada um. Buscando atender todos os seus aspectos, as escolas devem ter estruturas que atendam às necessidades desse público. É assegurado por lei que pessoas com necessidades educativas especiais possam ter condições adequadas para que o processo de aprendizagem aconteça com sucesso. A infraestrutura deve ser o primeiro passo para que as escolas possam receber os alunos portadores de deficiências, conforme destaca Carvalho (2013, p. 73):

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente, garantir (o que deve constar dos projetos político-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola.

Desta forma, é importante ressaltar que os profissionais que constitui a esfera educacional devem ter uma capacitação adequada para poder lidar e atender às necessidades desses alunos. A integração professor-aluno é fundamental para esses processos educacionais. O professor deve conduzir o aluno, para ele se desenvolver, dando suporte no seu aprendizado, pois terão todo um envolvimento que possibilitará condições eficazes para que o aluno seja um sujeito com autonomia.

Contudo, os alunos com deficiência devem ser inseridos no ensino regular e com a ajuda do professor e dos colegas poderão socializar-se no

ambiente educacional, tendo como intenção proporcionar uma educação que visa atender e suprir tais necessidades individual de cada educando.

2.1 A educação em pessoas com surdez

Segundo Hall (2001), a educação dos surdos aconteceu desde os tempos dos gregos e dos romanos, em que nessa época os surdos não eram considerados seres humanos, pois os entendiam como seres incompetentes e incapazes de pensar e de desenvolver a linguagem, e, conseqüentemente, não eram ensinados, porque não podiam aprender.

Hall (2001) destaca que a primeira escola para surdos no Brasil foi fundada em 1857, no Rio de Janeiro, por Dom. Pedro II e era chamada de Instituto Nacional de Educação de surdos (INES), no qual recebiam surdos de todas as regiões do país para aprender a linguagem escrita, o alfabeto digital e a dos sinais. Após a expansão de várias escolas para surdos no território nacional, houve uma proposta de uma educação bilíngue em São Paulo para criar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com intuito dela ser a primeira língua e a segunda ser o português e escrita, pois não existia um modelo único para se ensinar os surdos.

A língua de sinais deve ser introduzida na escola e explicada pelos professores para as crianças surdas quais são as diferenças e semelhanças entre a Libras e a linguagem oral (escrita). Sendo importante, a inovação dos métodos de ensino para a inclusão das crianças surdas tanto em sala de aula com também na comunidade escolar. Como destacam, Martins, Varani e Domingues (2016, p. 210):

Portanto, acho que a nossa tarefa era alterar a organização do trabalho pedagógico de forma que não se restringisse a encontrar apenas uma forma 'didática' alternativa, baseada na unidade 'aula'. Teria que ser algo mais profundo e abrangente, ou seja, que afetava não só o acesso aos conteúdos, mas afetava a própria forma da escola em seu conjunto.

Então, os professores e a escola devem introduzir na sua didática a LIBRAS e novos métodos de ensino que auxilie ao ensinar as crianças com surdez, sendo importante também que a escola encontre uma maneira de se

organizar para introduzir no seu trabalho pedagógico, uma forma da criança com deficiência se relaciona com todos da comunidade escolar.

2.1.1 A importância do projeto político pedagógico na inclusão

A organização da escola para receber alunos com deficiência auditiva é de grande importância, pois é o lugar onde a criança vai desenvolver a capacidade de se comunicar com as pessoas ao seu redor. Por isso, Libâneo (2001), afirma que a escola é considerada um espaço de vivências de novas relações sociais, visando a formação de valores e atitudes sociais e solidárias.

Diante ao exposto, a organização da escola advém a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), em que é um eixo norteador das práticas educacionais desenvolvidas na instituição, visando estabelecer relações que proporcionem ações coletivas, possibilitando a construção da identidade da escola, em busca de propiciar uma formação de qualidade aos indivíduos, por meio de um ensino crítico para que sejam capazes de participar ativamente em prol de uma sociedade democrática e humanizada. (VEIGA, 1998)

Nesse sentido, durante a construção do PPP em coletivo com a comunidade escolar, deve estar posto no ponto que se refere ao currículo algumas maneiras de se trabalhar com as crianças surdas, pois é através dele que os conteúdos são selecionados e aprimorados de acordo com o contexto social e cultural da escola, a fim de desenvolver conhecimentos eficazes no processo educacional. Assim, Silva (1996, p. 83), ressalta que:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Como o currículo serve como ferramenta norteadora, o professor deve proporcionar uma prática pedagógica abrangedora, oportunizando aos seus alunos com surdez a se fazerem parte da aula, sendo importante que ele utilize instrumentos que auxiliem na aprendizagem de todos, de acordo com a

realidade ao seu redor através dos materiais mais concretos para que eles se sintam mais seguros quanto a sua aquisição de conhecimentos.

A escola procura meios para incluir as crianças surdas em sala de aula como em toda a escola, como assegura o PPP da escola em que está escrito como essa criança está incluída e como será trabalhado com sua deficiência. Ainda, a escola também propõe a ajuda do intérprete para traduzir as atividades transmitidas pela professora para o aluno surdo.

2.1.2 Reorganização do ambiente escolar

O ambiente escolar precisa ser pensado como um espaço que propicie a socialização e o aprendizado de todos os alunos da instituição. Assim, a escola precisa promover atividades que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de cada criança, para que todos possam conviver de maneira respeitosa. Então, a escola deve ser mediadora de conhecimentos, no qual minimizem as dificuldades encontradas pelas crianças com necessidades especiais. Goffredo (1999, p. 31), acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas as pessoas com necessidades educativas especiais.

Nesta perspectiva, podemos perceber que há a necessidade de organizar uma estrutura física para assegurar a permanência desses alunos na instituição em salas do ensino comum e inclusivo, com acesso de materiais pedagógicos adequados.

Nessa ótica, segundo Rogalski (2010) a educação inclusiva pressupõe uma mudança na forma de conceber a prática educativa para, buscar formas de reorganizá-la de modo a atender a todos os estudantes, pois a educação é direito de todos e está estabelecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do estado e da família promovê-la.

Dentro da escola é indispensável a conscientização da comunidade escolar, pois ao interagir com a criança com surdez deve oportunizar o direito de uma educação de qualidade e que suas especificidades sejam atendidas de forma igualitária. Para que o ensino inclusivo ocorra com qualidade Mantoan (2006, p. 41-42), discorre algumas mudanças que devem ser feitas no âmbito escolar como:

Recrutar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos. Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

A organização desse espaço educacional auxilia as crianças a melhor se locomoverem, contribuindo no seu processo de desenvolvimento da autonomia. A escola também procura oferecer cursos de aperfeiçoamento para docentes e não docentes, a fim de contribuir na realização de diferentes ações pedagógicas, buscando sempre novas metodologias para esse trabalho na intenção de contribuir para uma educação eficaz e igualitária para todos.

2.1.3 Participação da família no contexto escolar

A participação da família no processo de inclusão do aluno surdo tem como relevante as diferentes formas de comunicação, sendo importante que desenvolva sua interação, comunicação e aprendizagem no ambiente familiar.

Assim, a família, sendo como o grupo primário de convivência, tem um papel relevante na mediação da construção do desenvolvimento individual e social da criança, contribuindo para a sua integração na sociedade, bem como deve participar da escola, dando continuidade às atividades propostas nesse espaço. E a escola, considerado o grupo secundário, exerce um papel formador, sendo responsável por tornar acessível o conhecimento escolar, formação individual e social (FREIRE, 1992).

Nesse sentido, a entrada da criança com surdez nas instituições de ensino é permeada de ansiedade, expectativas tanto para criança quanto para

os pais e professores podendo trazer graves problemas de interação, e comunicação quando as organizações não estão preparadas para receber o aluno deficiente auditivo (CARVALHO, 1998).

Diante ao exposto, não basta somente colocar a criança com deficiência em uma sala/escola se não forem oferecidos meios para seu desenvolvimento. Todavia, para que isso ocorra, é necessária a participação ativa dos responsáveis por essa criança, no sentido de lutar pelo seu direito a uma educação de qualidade.

Portanto, para que tudo isso que foi discorrido até aqui aconteça nas escolas é preciso que a família tenha conhecimento dos direitos que os alunos surdos possuem, caso isso não aconteça é importante que a comunidade escolar informe essa família a procurar os direitos que as crianças surdas têm a educação. Nesse sentido, Lei 13146/15 dispõe de:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Assim, as crianças surdas devem estar incluídas nas escolas, sendo importante valorizar as interações e trocas de conhecimentos, oferecendo possibilidades de desenvolvimento nos aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais. No processo de aprendizagem as atividades podem ser trabalhadas de modo diferenciado, utilizando vídeos educativos, jogos, computadores e etc, como método de facilitar o entendimento dos conteúdos para cada aluno.

2.2 Formação de docente na educação inclusiva de alunos surdos

A formação de profissionais para ensinar os alunos com necessidades especiais é regulamentada pela atual Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (LDB) (BRASIL) Lei 9934/96, art. 59. III no qual prevê em seu dispositivo atuação de professores com especialização em nível médio ou superior, para o atendimento educacional especializado, bem como

professores do ensino regular capacitados para atuarem com alunos especiais na classe comum (MANTOAN, 2006, p. 56)

Com isso, os âmbitos educacionais devem ter um compromisso com a formação de seus profissionais para que consigam introduzir em suas práticas novos métodos de ensino que ajude na particularidade da criança surda, para que possam ter um ensino igualitário e de qualidade. Sendo que, durante o planejamento das aulas faz necessário que o docente conheça as dificuldades de seus alunos para realizar atividades ou adaptações de materiais, para melhorar o desenvolvimento educacional e pessoal da criança com surdez. “A formação do professor de modo geral (educador especial ou educador comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares. ” (RODRIGUES, 2006, p. 169)

Diante disso, os profissionais do âmbito escolar devem-se trabalhar da melhor forma possível com as crianças com deficiência auditiva, pois caso isso não aconteça aparecerá inúmeras dificuldades que pode levar esses alunos a serem encaminhados de maneira equivocada para espaços educacionais segregados, tais como a exclusão de atividades, a punição por tarefas que não conseguiram realizar, como a reprovação.

A escola como um espaço de aprendizagem e socialização entre pessoas de diferentes origens socioeconômica, culturais e religiosas, dever ter como princípio promover atividades de socialização entre todos da comunidade escolar, para que incluam as crianças com deficiência auditiva em um novo grupo social que é a escola. A escola é importante por abranger a construção de laços afetivos e preparar a introdução dos seus alunos na sociedade, por isso os alunos surdos devem receber uma base educacional de qualidade para que consigam se comunicarem e enfrentar as dificuldades que encontrará fora dela.

A formação docente envolve uma multiplicidade de estratégias e experiências levando a refletir que o trabalho do professor tem como importância buscar sempre inovações e métodos que auxiliam na interação, no desenvolvimento intelectual e emocional de cada criança. A partir dessas ações, a perspectiva inclusiva poderá se efetivar de maneira eficaz e eficiente para todos que fazem parte dessa proposta.

2.2.1 Intérprete de línguas de sinais

O intérprete de língua de sinais refere-se a uma pessoa que desempenha um papel importantíssimo na interpretação de uma dada língua para a língua de sinais ou da língua de sinais para essa outra língua. Assim, os intérpretes surgiram no Brasil na década de 80, através de trabalhos religiosos com auxílio de voluntários. Com isso, ao longo dos anos ocorreram grandes desafios para que fosse reconhecida por lei que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) seja a língua oficial da comunidade surda, acontecendo no dia 24 de abril de 2002, trazendo conquistas inigualável para a pessoa surda e oportunidade de trabalho para os intérpretes no Brasil (QUADROS, 2004).

Podemos relatar, que a língua brasileira de sinais é articulada através das mãos, expressões faciais e corporal. Sendo assim, importante a introdução dos intérpretes nas escolas para que os surdos se sintam motivados e participem de reuniões, encontros e atividades existentes naquele ambiente. Destacamos ainda, que professor da sala regular deve entender que o intérprete está ali para interpretar a Libras, pois esse profissional é o mediador entre os ouvintes que não domina a Libras, que é o surdo.

Nesse sentido, os intérpretes atuam mais na área da educação, sendo um mediador entre professor e os alunos (colegas surdos e ouvintes). A relação entre o professor regular e do intérprete deve ser a mais harmoniosa possível, já que trabalharão juntos por um mesmo objetivo, que seria fazer com que a criança surda consiga aprender o determinado conteúdo transmitido e interagir com os outros ao seu redor. Portanto, o trabalho do intérprete para a criança surda é de suma importância para seu desenvolvimento progressivo, sendo que as crianças surdas agradecem por tê-los em sala de aula, pois conseguem se comunicar e entender o que se passa ao seu redor.

2.2.2 Alfabetização das crianças com surdez

A língua materna da criança surda é a Língua Brasileira de Sinais, em que sua alfabetização acontece quando ela entra na creche ou na pré-escola, realizando atividades que ajude na exposição da língua portuguesa escrita com

a representação do sinal e LIBRAS para que aprenda o que está sendo feito no momento. Também nesse período, as crianças devem conseguir narrar histórias simples na língua de sinais. Ao chegar no ensino Fundamental I, a criança com surdez deve conseguir escrever o próprio nome e comunicar-se em Libras.

Para a alfabetização das crianças surdas, ela acontece através da visão e, por isso, o planejamento de atividades intensas de leitura com interpretação em LIBRAS e com a utilização de recursos visuais (como imagens e letras móveis) são ações fundamentais para que a criança seja alfabetizada em um contexto de letramento (NADAL, 2010)

A educação da criança com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, incentivando desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional usando seus direitos escolares e exercendo sua cidadania. A Lei nº 10.098 Art: 17, prevê que o Poder Público deve tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, a alfabetização da criança surda acontecerá da melhor forma possível se a família dessa criança se empenhar para que se possa valer a lei, em que todos têm direito a educação e no caso do surdo ele tem direito a educação com intérpretes em sala de aula e sua professora promover atividades que facilitem sua aprendizagem.

2.2.3 Cultura surda

Segundo (SALLES, 2004) a cultura surda brasileira é compartilhada por surdos e ouvintes, no mesmo espaço físico, por hábitos e costumes. Assim, a existência da cultura surda ajuda na construção da identidade do indivíduo com deficiência auditiva. O surdo que assume a sua identidade prefere se relacionar com seus semelhantes, por causa dos relatos das histórias de vida serem semelhantes às suas: dificuldades em casa, na escola, ambientes públicos, vinculado a comunicação.

Nesse sentido, no encontro surdo-surdo surge a Comunidade Surda, em que tem como propósito discutir sobre seus direitos, de ter sua cidadania reconhecida, de ter direito à vida, à educação, ao trabalho e ao bem-estar de todos. No Brasil, o surdo teve seu espaço conquistado na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), sendo uma entidade com várias filiais espalhadas por diversos estados brasileiros, com finalidade de compartilhar ideias, concepções, significados, valores e sentimentos; surgem também nesses encontros manifestações culturais: poesia surda, teatro surdo, humor surdo, pintura surda, escultura surda entre outras, com ausência de ouvintes (SALLES, 2004).

No Brasil comemora-se a data da fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, no dia 26 de setembro em que algumas capitais do país desenvolvem atividades, seminários, festivais e congressos, com temas a partir do jeito de ser, de se pensar e de se viver dos surdos, sendo um evento para todos que queiram assistir e não apenas para os surdos.

A cultura surda propõe que o outro indivíduo surdo é importante para construção de uma identidade saudável e segura, visto que entre surdos existe o uso comum de um sistema linguístico/Libras, para que possam se comunicar com as pessoas ao seu redor, com finalidade de viver em condição de igualdade na sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento tem como objetivo resolver questionamentos que cerca ao ser humano, a partir de técnicas que deve ser observada para que comprove a sua validade em meio à sociedade.

Assim, o conhecimento diante a sociedade é apontada como um exercício de teoria e prática na qual são indissociáveis. Esse conhecimento, é uma condição do sujeito sobre o objeto, através daquilo que conhece e que deve ainda conhecer. Mediante o pensar, o homem descobre como realmente deve agir por meio da subjetividade e objetividade.

O conhecimento científico surge do conhecimento empírico (ou popular) em que é definido pelas experiências vivenciadas no cotidiano ou nos relatos que são repassados de geração em geração.

Neste sentido, compreendemos o conhecimento científico como método baseado em teóricos apontados pela ciência, em que procura explicar os fenômenos em análise, pois é um método que deve ter um objetivo, que seja racional, sistemático e verificável. Assim, Prodanov e Freitas (2013, p.22) ressaltam que:

O conhecimento científico difere dos outros tipos de conhecimento por ter toda uma fundamentação e metodologias a serem seguidas, além de se basear em informações classificadas, submetidas à verificação, que oferecem explicações plausíveis a respeito do objeto ou evento em questão.

Então, podemos afirmar que o conhecimento científico é diferente dos demais por seguir fundamentações e metodologias, para que possam ser obtidas respostas ou informações plausíveis para o objeto de estudo.

A pesquisa científica envolve procedimentos racionais e sistemáticos, a partir dos quais objetiva-se obter respostas ou soluções para os problemas. Sobre esse conceito, Prodanov e Freitas (2013, p.44) esclarecem que:

Pesquisar cientificamente significa realizarmos essa busca de conhecimentos, apoiando-nos em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados. A natureza da questão que dá origem ao processo de pesquisa varia. O processo pode ser desencadeado por uma dificuldade, sentida na prática profissional, por um fato para o qual não conseguimos explicações, pela consciência de que conhecemos mal alguma

situação ou, ainda, pelo interesse em criarmos condições de prever a ocorrência de determinados fenômenos.

A pesquisa científica investiga um fato em que encontre soluções para problemas e questões através de aportes científicos teóricos. Assim, a pesquisa é um meio de ensinar ao homem a produzir conhecimentos, que os ajude para a compreensão e transformação do mundo, pois esse conhecimento é sua aliada todos os dias na busca de novas teorias e da reflexão crítica do pesquisador.

3.1 Tipo de pesquisa

A abordagem utilizada durante a pesquisa foi de cunho qualitativa, na qual os fatos foram descritos e analisados de acordo com a entrevista, em que devesse considerar a realidade da instituição investigada e procurar ter contato frente a frente com os sujeitos da pesquisa realizada. Freitas e Prodanov (2013, p.70) destacam:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Por meio desse tipo de abordagem desenvolvemos um estudo aprofundado acerca das dificuldades vivenciadas pelos professores na perspectiva inclusiva no ensino regular e como está sendo as metodologias em sala de aula.

Por tratar-se de um trabalho de conclusão de graduação a ser realizada em curto período de tempo, percebemos que através das informações do cotidiano, podemos considerar que esta pesquisa é classificada como descritiva e de campo, uma vez que o pesquisador procura entrar em contato com os entrevistados para resolver as indagações.

3.2 Caracterização do *lócus* da pesquisa

Essa pesquisa, aconteceu em uma Instituição Municipal de Ensino da cidade de São José de Piranhas-PB. Essa escola atende alunos nas modalidades de Ensino Infantil e Anos Iniciais do ensino Fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde. Está localizada em um bairro que fica nas proximidades da saída da cidade.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram duas professoras que desenvolvem atividades com alunos surdos, em salas de ensino regular e sala de atendimento educacional especializado (AEE). Escolhemos realizar o estudo de caso nessa escola em decorrência de estar adaptada para receber os alunos com deficiência auditiva. Já tínhamos conhecimento dessa sala especializada por ter realizado um trabalho de campo sobre inclusão no qual foi observada a realidade do ensino inclusivo o que despertou o desejo de ir mais a fundo nessa perspectiva.

Para a realização da pesquisa, as informações foram coletadas através dos dados dos educadores que expressaram o seu consentimento, por escrito, através da leitura, concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE disponível, como Apêndice 1, dessa pesquisa. Assim, temos como propósito preservar as identidades dos referidos docentes denominamos os mesmos com pseudônimos tendo os nomes de flores como: Hortência (professora da sala regular) e Margarida (professora da sala especializada).

Hortência tem 42 anos, com formação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, estando em sala de aula há 13 anos e nessa escola atua a 3 anos. Margarida tem 38 anos, Mestrado em Educação e atua há 20 anos no ensino infantil e ensino fundamental anos iniciais, sendo concursada e atuante nessa instituição a 6 anos.

A partir dos dados obtidos com a entrevista realizada com essas colaboradoras, buscamos identificar como as docentes realizam suas práticas metodológicas com crianças surdas em sala de aula.

3. 4 Instrumento de coleta de dados

O instrumento utilizado na coleta de dados foi a documentação caracterizada como direta intensiva, na qual é realizada através de uma entrevista semiestruturada. Então, Triviños (1987) fala que a entrevista semiestruturada é definida da seguinte maneira: “A entrevista semiestruturada tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”, sendo que as entrevistadas expõem sua opinião durante os questionamentos sobre o assunto.

Destacando também na entrevista, a veracidade “na pesquisa bibliográfica, pois é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar” Prodanov e Freitas (2013), na qual essa pesquisa deve inserir informações de dados e hipóteses verídicas que leve êxito no trabalho científico.

A entrevista foi realizada contou com questionamentos que envolviam suas opiniões em relação ao trabalho realizado com crianças surdas pelos profissionais, com intuito de propor uma educação pública de qualidade.

As referidas entrevistas foram gravadas em um celular J5, apenas em áudios e transcritas na íntegra, conservando a originalidade das falas dos entrevistados para mais adiante realizar a análise dos dados obtidos, conforme destacado a seguir.

3.5 Análise dos dados

Para a concretização da análise dos dados da pesquisa, foi realizada através de análise de conteúdo. Este método de análise ajudou no desenvolvimento e compreensão da pesquisa, trazendo esclarecimentos e respostas sobre indagações formuladas e a comprovação das teorias estudadas.

Durante a realização da entrevista, destacamos algumas abordagens para analisar as concepções que os docentes possuíam acerca do tema Educação Inclusiva; verificar a qualificação dos profissionais, com o intuito de

averiguar se existiam formações oferecidas pelos órgãos da educação para os educadores e se estas instituições disponibilizavam mecanismos de identificar as experiências dos docentes e as dificuldades vivenciadas por eles no contexto educacional.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

A Escola onde realizamos a coleta de dados está localizada na cidade de São José de Piranhas. Seu funcionamento ocorre das 07h00 min as 17h00min, atendendo crianças desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Esta escola é municipal e sua infraestrutura é considerada pequena devido a seu espaço físico: 4 salas de aulas, 1 cozinha, 2 banheiros (feminino e masculino), 1 banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, 1 despensa, 1 almoxarifado, 1 pátio coberto e 1 Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esta escola está aberta a atender as crianças com deficiência e é a única da cidade que atende criança surda que estuda no ensino Fundamental I. Está apta devido a sala de AEE, pois a professora que fica nessa sala trabalha com Libras.

A descrição dos sujeitos foi realizada na metodologia no ponto que se refere a eles, logo, para não ser repetitivo, faremos uma breve apresentação no Quadro 1 sobre a caracterização do sujeito pesquisados:

Quadro 1 – Caracterização dos educadores

	Idade	Formação Básica	Período de Atuação	Vínculo Empregatício	Carga Horária	Sexo
Hortência	42	Graduação em pedagogia e pós em psicopedagogia Clínica e Institucional	13 anos	concursada	30hs	Feminino
Margarida	38	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	20 anos	concursada	25hs	Feminino

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Neste tópico, vamos confrontar a teoria utilizada no referencial teórico com a prática vivenciada pelos professores entrevistados da escola onde foi realizada a pesquisa. Tendo em vista analisar os dados a partir de temas e

ênfatizar os trechos das respostas dos colaboradores pertinentes à cada tema abordado.

4.1 Tema 1: Concepção de educação inclusiva

A compreensão de Educação Inclusiva é de grande relevância para que possamos entender como os professores desenvolvem suas práticas educativas diante o que pensam sobre a inclusão. Assim, houve o interesse em saber se as diferenças em sala são respeitadas, pois todos os sujeitos independentes de suas limitações são capazes de aprender.

Com base ao exposto, ao realizar as entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, foram obtidas as seguintes compreensões acerca do tema Educação Inclusiva. Vejamos nos discursos do quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Percepções sobre a educação inclusiva

Hortência	“Bem, eu acredito que a educação inclusiva ela funciona, só que assim, tem que ter ajuda, porque só o professor em sala de aula... eu acredito que não funciona sozinho não. Eu tenho o meu aluno que ele é surdo e eu vejo as dificuldades que eu tenho com ele, por conta disso que eu não tenho ajuda, desde o ano passado que eu estou com ele e eu vejo assim que eu não tenho formação em libras, né? Que eu não tenho conhecimento, o pouco que eu aprendi foi um pouco por pesquisas e com a professora da sala AEE e que me ajudou assim, a compreender um pouco sobre ele,, mas eu acredito que só funciona a educação inclusiva se tiver ajuda do intérprete”.
Margarida	“A educação inclusiva na minha concepção, ela acontece quando a escola oferece meios para tratar os alunos que possuem limitações para que eles sejam tratados de forma igualitária junto aos demais”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando as respostas das docentes entrevistadas, todas enfatizam que a escola precisa oferecer meios que ajudem os professores a se comunicarem e ensinar de forma igualitária. Assim, é importante que o docente tenha estratégias para manter esses alunos participativos e integrados, para que o ensino seja de qualidade. Então, de acordo com o que as professoras responderam, Mantoan (2006, p. 41-42) discorre algumas propostas que podem ser feitas no âmbito escolar para garantir a promoção e a qualidade da educação inclusiva:

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para a cooperação do diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

No decorrer desse trabalho, podemos perceber na descrição de Mantoan (2006), que seu objetivo é a valorização individual da capacidade de cada aluno, no qual propõe algumas possíveis soluções para que as escolas sejam inclusivas como: a reestruturação dos espaços físicos, dos recursos didáticos atualizados e adequados e aperfeiçoamento para os docentes.

Na Educação Inclusiva, todos os alunos com e sem deficiência tem a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos. Na escola e na sociedade devem ser respeitados as diferenças, para que as crianças com deficiência consigam ter autonomia e um ensino de qualidade.

4.2 TEMA 2: Atendimento da criança em sala

Neste tópico procuramos evidenciar como ocorre o atendimento da criança surda em sala regular e na sala AEE, e de que forma a escola oferece suporte a essas crianças.

Conforme destacado no capítulo 2, a escola procura meios para incluir as crianças surdas em sala de aula como em toda a escola, como assegura o PPP da escola em que está escrito como essa criança está incluída e como será trabalhado com sua deficiência. Ainda, a escola também propõe a ajuda do intérprete para traduzir as atividades transmitidas pela professora para o aluno surdo.

Nesta perspectiva, podemos perceber nas falas das professoras de que forma trabalham como a criança surda:

Quadro 3 – Atendimento a criança surda em sala especializada e regular.

Hortência	“O meu aluno tem que ter um aprendizado em libras para depois ele ter em sala de aula regular, para que o intérprete venha só interpretando o que o professor está ensinando, mas como ele não tem, mas tá começando aprender em libras, sem intérprete fica assim mais difícil, porque não vai compreender entendeu? O que estou dizendo, é que a gente para entender e compreender o que é para trabalhar com meu aluno precisa do ensino de libras e do intérprete em sala”.
Margarida	“Na sala de atendimento educacional especializada nós oferecemos o ensino de libras ao aluno com surdez total ou parcial para que ele, para que possa facilitar comunicação no ensino regular”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando as respostas das docentes que o aluno que tem surdez precisa do ensino LIBRAS para conseguir se comunicar, sendo que a Margarida diz que oferece LIBRAS para ele para se comunicar na sala regular. Então, a escola não tem intérprete e o aluno surdo não reconhece a linguagem de sinais. Assim, percebemos a importância da Libras na vida de um surdo e também a falta que faz o intérprete para traduzir o que os ouvintes estão falando.

[...] a valorização da língua de sinais para surdos é questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas. Contudo, para que a prática pedagógica se dê, visando a viabilizar a formação na sua globalidade, a abordagem da língua deve ser a relacional, contextual, e não apenas informacional [...] (DORZIAT, 2011, p. 27)

Diante ao exposto, vimos que o ensino de LIBRAS é importante para o surdo, porém o método que será transmitido pelo professor tem uma grande significância. Que não contribua apenas para informar e sim que o aluno consiga aprender na sua totalidade, para a sua comunicação com pessoas ao seu redor.

Para que a criança surda tenha o aprendizado em Libras, a escola que trabalha as duas professoras que entrevistamos, tem como suporte para atender as crianças com qualquer deficiência, uma sala de Atendimento Educacional Especializada, na qual recebem essas crianças no contra turno

para não atrapalhar a aula. Diante disso, podemos observar a seguir (quadro 4) nas falas das professoras que esse é apenas o suporte que a criança surda tem até o momento da pesquisa nesta referida escola.

Quadro 4 – Suporte da escola para a criança surda

Hortência	“A escola funciona o AEE, tem uma sala do AEE no horário contrário, então esse aluno vem de um horário contrário com a professora para ter esse atendimento na sala do AEE então é esse suporte que a escola dá.”
Margarida	“Bem, nesta escola nós temos essa sala de atendimento educacional especializado ela é a única do município, então todas as escolas elas que possuem um aluno surdo ele direciona esse aluno para ter um atendimento educacional especializado nesta sala, nós recebemos alunos aqui até da zona rural dos sítios do município.”

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Neste quadro, observamos claramente nas falas das professoras que a sala de Atendimento Educacional Especializado é o único suporte que as crianças surdas recebem da escola, sendo a única pelo município. Então, esse atendimento educacional especializado é garantido por lei pelo Decreto nº 5.626 em que discorre:

Art. 22: § 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

Nesse sentido, é importante que a LIBRAS seja oferecida precocemente as crianças surdas, e cabe aos pais verificar se os direitos de seus filhos estão de acordo com a lei para garantir que eles tenham acesso à educação e para que seja de qualidade e que haja um intérprete de Libras ou um instrutor em sala regular para ajudar na compreensão do conteúdo explicado pelo professor.

4.3 TEMA 3: Formação dos professores

Neste tópico, procuramos identificar se os professores têm formação adequada e se os órgãos responsáveis ofertam essa formação para ensinar crianças surdas.

A escola tem o compromisso com a formação de seus profissionais, para que consigam introduzir em suas práticas novos métodos de ensino que ajude na particularidade da criança surda, para que possam ter um ensino igualitário e de qualidade.

Nesta perspectiva, podemos perceber a seguir, diante as falas das entrevistadas que os órgãos responsáveis não propõem formação específica para o atendimento a criança surda.

Quadro 5 – Formação continuada específica para criança surda

Hortência	“Antes não, mas este ano como a gente vai começar um curso com o intérprete aos sábados dando essa formação de libras, é para justamente a gente poder trabalhar. Trabalhar com alunos surdos na sala de aula, mas antes não tinha essa formação a gente era assim, aleatória. Esse curso é particular, justamente pela falta de não ter pelo município”.
Margarida	“Na área de libras pelo município nós não temos, quando existe formação continuada é em João Pessoa com os professores da rede municipal de João Pessoa e da rede estadual, que aqui é atendida pela rede municipal de João Pessoa e esse atendimento não é direcionado apenas para a disciplina de libras mas para o atendimento especializado com um todo”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando as respostas dos docentes no quadro a cima, elas deixam claro ao destacar a falta de formação exclusivamente para os surdos. Assim, Margarida destaca que quando há formação na área da inclusão são para todos os tipos de deficiência e não apenas em Língua Brasileira de Sinais, que é o curso adequado para ensinar as crianças surdas.

Diante disso, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no Art. 18, ressalta que os professores capacitados para atuar na classe regular, na perspectiva da Educação Inclusiva precisam cumprir determinadas competências que são:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p. 5).

Então, é indispensável a realização de ações pedagógicas em sala de aula, elaborada por professores que tenham uma formação adequada, sendo está um suporte inevitável para a superação de possíveis problemas existentes dentro e fora da unidade escolar.

Identificamos ainda outras dificuldades na formação dos professores para conseguirem trabalhar com crianças surdas em sala de aula regular e especializada.

Quadro 6 – Formação dos professores que ensina criança surda

Hortência	“Eu ainda não tenho formação nessa área, eu até queria fazer minha pós em inclusão só que não tinha na época justamente porque eu já pensava nisso e eu não tenho essa formação e para mim fica difícil. Quando eu fui ensinar, quando eu fui começar a ensinar em libras o ano passado eu fui pesquisando na internet aí fui aprendendo e passando para ele e hoje consegui um avanço um pequeno avanço, mas, foi pequeno, mas, foi um ‘avancinho’ com ele”.
Margarida	“Eu fiz uma especialização na faculdade Santa Maria no Rio Grande do Sul, foi uma especialização de 850h nós tivemos para atender esses alunos, não só em libras, mas como em todas as deficiências que são atendidas no atendimento educacional especializado. Na verdade, essa faculdade ela entrou em contato com a secretaria de educação, e ela ofereceu, esse digamos assim, esse intercâmbio com as secretarias de educação e foi feita uma seleção e eu fui uma das professoras selecionadas que tivesse essa a oportunidade de fazer o curso”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme as respostas das professoras, podemos observar que Hortência não tem formação específica no momento para ensinar aluno surdo, mas procura métodos que ajude seu aluno nas atividades de sala de aula. Já, Margarida que é da sala especializada discorre que tem um curso feito na área na área da inclusão que é para ser atendida todas as crianças com qualquer deficiência.

A formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos (ALONSO, 2013, p. 3).

Nessa ótica, é indispensável a reflexão sobre a qualidade das formações que são oferecidas aos professores, à medida que esses ensinamentos servirão de suporte para enfrentar desafios que, frequentemente, irão aparecer nas atividades dentro e fora da sala de aula.

Diante das falas dos sujeitos, identificamos também que a capacitação dos professores fica a cargo da Secretaria de Educação e da Coordenação do município. Essa capacitação não é para uma deficiência específica e sim para todas de modo geral.

Percebemos ainda nesse tópico, a falta de formação dos professores que atendem nesse momento, essas crianças surdas na escola. Nos levando a pensar que os órgãos públicos introduzi as crianças e não as inclui na escola.

4.4 TEMA 4: Dificuldades e estratégias para ensinar crianças surdas

Neste tópico procuramos evidenciar, seguindo as falas das entrevistadas, as principais dificuldades e as estratégias que se impõem aos professores ao desenvolverem em salas de aulas para que se torne inclusivas.

Quadro 7 – Dificuldades e estratégias dos professores

Hortência	“Exatamente isso, não tenho esse conhecimento é uma das dificuldades e como eu não tenho o conhecimento em libras ainda, eu tenho essa dificuldade em me comunicar com ele só que as minhas estratégias é a que eu falei, eu fico pesquisando na internet fico estudando né, tentando aprender o alfabeto para poder passar em LIBRAS e me comunicar com ele, então alguns avanços teve não são aquelas coisas enormes que você possa dizer que, mais teve grandes avanços que foram significativas para mim e para ele, hoje já consigo me comunicar com ele e algumas coisas ele compreende e eu compreendo ele”.
Margarida	“Eu diria que as dificuldades seriam essas que já antecipei na questão anterior, por exemplo, uma sala de ensino regular os professores não tem preparação nenhuma, então o aluno não tem o intérprete em libras que possa traduzir aquela aula para ele, então acaba não havendo, inclusão que a escola tanto que a

	escola tanto propaga né, isso? e então diria uma grande dificuldade é essa, é o sistema público não oferecer meios para que esse direito concretize na verdade como deveria”. Então aqui na sala a gente ensina o básico, a gente ensina tenta alfabetizar, a gente tenta ensinar o básico, mas não é a totalidade como deveria ser, se tivesse um intérprete só para aquela criança em todo momento tanto aqui como no ensino regular.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Investigando os argumentos das docentes entrevistadas é possível notar as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores, a fragilidade na formação dos professores e a ausência de suporte pedagógico que favoreça a utilização de metodologias diferenciadas em sala de aula. É necessário destacar ainda, conforme citado por ambas as professoras o que está sendo ensinado ao aluno surdo delas é apenas o básico, pois é o que sabem, o alfabeto em LIBRAS e alguns sinais, para conseguirem se comunicar. Então, para ensinar o surdo precisa métodos condizentes para sua deficiência, sendo necessário a participação de políticas públicas para a implementação de currículo, Mantoan (2006, p. 60) ao discorrer o que o professor poderia fazer em sala de aula, faz a seguinte afirmação:

Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento e para implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

As propostas destacadas para o professor desenvolver ações pedagógicas são importantes para que busquem conhecer as especificidades e habilidades do aluno surdo, pois estará contribuindo no desenvolvimento da aprendizagem e das diversas relações que favorecem o crescimento do aluno de maneira intelectual e pessoal.

Percebemos então que, a formação docente necessita ser refletida, isso fica evidente durante todas as falas das entrevistadas, nas quais as professoras ressaltam que precisam ser capacitadas para atuar na área, pois estarão oportunizando e ampliando as habilidades de cada criança.

As professoras destacam que houve avanço no ensino aprendizagem de seu aluno, visto que antes não conseguiam se comunicar com ele e por isso ficava difícil de ensinar. Já que o ensino de libras é gestual a criança tem que saber o básico para se comunicar e aprender LIBRAS para que se tenha o intérprete para traduzir o que o ouvinte está falando.

4.5 TEMA 5: Pontos positivos ao ensinar crianças surdas

No que se refere a essa temática, procuramos conhecer os pontos positivos ao ensinar criança surda, para que não fosse visto apenas os pontos negativos a qual sabemos que existe na educação.

Quadro 8– Pontos positivos no ensino de surdo

P1	“Com certeza, os pontos positivos são a relação entre os colegas, a vontade de aprender, para descobrir o que estamos falando e o carinho e a alegria com todos ao seu redor”.
P2	“Com certeza, eu tenho um aluno surdo aqui muito, muito inteligente, eu trabalho diversas habilidades com ele e eu vejo que a única dificuldade que ele tem é a limitação de não poder escutar, mas ela é muito inteligente e aprende com a mesma velocidade com os demais ou até mais e a única dificuldade é a limitação de não poder ouvir”.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Sobre os pontos positivos, as entrevistadas deixam claro a facilidade de se relacionar com a criança surdas, mesmo com a dificuldade de ensinar e da criança aprender, afirmam que conseguem aprender com rapidez e igual a qualquer outra criança.

Os sujeitos formam suas identidades, desenvolvem seu intelecto, adquirem conhecimento e evoluem no convívio em comunidades em que partilham conhecimentos culturais e sociais. Portanto, a formação social do sujeito acontece através da sua interação com o meio e com os outros indivíduos. (DORZIAT, 2011, p.173)

A partir do convívio com outras pessoas na escola, a criança surda consegue desenvolver novos conhecimentos que possibilitará a troca de experiências, informações e comunicação, para que sua aprendizagem seja de qualidade.

Diante disso, identificamos que as entrevistadas compreendem como é significativo a presença do aluno surdo em sala regular, em convivência com outras crianças sem deficiência, porém também entendem como se faz necessário o ensino da sala especializada, para acompanhar a dificuldade do aluno surdo e tentar ajudar a melhorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa nos levou a uma maior compreensão de que a escola deve se organizar a partir do trabalho pedagógico com elementos disponibilizados para a sua constituição. Além do espaço físico, o conhecimento e comprometimento dos educadores, associados às relações que eles desenvolvem com a comunidade escolar interferem nas práticas educativas.

Então, para acontecer a inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola deve haver a participação da família e de toda a sociedade, para que as necessidades específicas de cada sujeito sejam respeitadas em diferentes espaços sociais. Para tanto, é preciso reforçar ações que promovam a parceria entre escola, família e sociedade a fim de buscar através delas, alternativas para as dificuldades que se encontram.

Em função disso, esta pesquisa buscou contribuir com o aprofundamento das discussões relevantes sobre a educação inclusiva na perspectiva dos sujeitos com deficiência auditiva, realizado em uma escola municipal da cidade de São José de Piranhas-PB.

Assim, para finalizarmos este trabalho voltamos às *nossas* problemáticas a princípio elaboradas: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva durante o ensino fundamental I, na perspectiva dos professores? Além disso questiona-se se o professor consegue perceber a dificuldade que esse aluno com deficiência auditiva enfrenta?

Considerando as indagações realizadas anteriormente conseguimos obter as respostas para tais inquietações, na qual vimos que o sistema de ensino se encontra fragilizado para colocar realmente em prática o ensino

inclusivo nas salas de ensino regular e especializado. Identificamos que os professores necessitam de formações continuadas adequadas e que os órgãos competentes ofereçam subsídios para os professores desenvolverem suas ações pedagógicas de maneira eficiente, para que as crianças surdas tenham um ensino de qualidade.

Ainda destacamos a colaboração dos educadores que foi fundamental para a elaboração dos elementos presentes na investigação, demonstrando o compromisso com a educação inclusiva, tanto na prática docente quanto nas investigações realizadas de forma autônoma e que estão relacionadas a esta proposta educativa.

Além disso, podemos perceber que a pesquisa também contribuiu para o processo de análise crítica dos sujeitos participantes, uma vez que ao refletirem para responderem as perguntas se deparavam com uma realidade, principalmente no que se refere a indicarem a fragilidade na formação continuada, apresentarem as dificuldades, as estratégias e os pontos positivos ao se trabalhar com crianças surdas.

Contudo, faz necessário que os profissionais na educação saibam utilizar as inúmeras práticas pedagógicas, conheçam as Leis e que busquem conscientizar e reivindicar os direitos da criança com deficiência no ensino na sala regular e especializada, com isso o professor vai ser esse mediador, que articula da melhor forma para trabalhar com inclusão.

A realização deste trabalho contribuiu de forma significativa para o meu desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional, uma vez que possibilitou analisar as condições que os professores ensinam, com formação inadequada para a deficiência, sendo assim, um agravante para a aprendizagem desse aluno com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Bianca. **Interfaces entre a psicologia e educação: Desafios para a formação do Psicólogo; as Contribuições da psicologia para a garantia do direito à educação com qualidade para as pessoas com deficiência.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2012.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ. 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico.** Curitiba, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: com os pingos nos “is”,** Porto Alegre: Mediação. 2013.

DORZIAT, Ana. **Estudos Surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre: Mediação, 2011. 152 p.

FREIRE, Madalena; GROSSI, Esther Pillar / **Paixão de Aprender** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acessado em: 15 de março de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOFFREDO, Vera Lucia Flor. **Educação: Direito de todos os Brasileiros.** In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação/SEED, 1999.

HALL, Pearson Prentice. **Libras: conhecimento além dos sinais.** 1ª ed. São Paulo, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos;** Valéria Amorim Arantes, organizadora.- 5. Ed. – São Paulo: Summus, 2006.

NADAL, Paula. **O desafio de ensinar Língua Portuguesa a alunos surdos.** Revista Nova Escola, 2010. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-portuguesa-a-alunos-surdos> Acessado em: 16 de abril de 2019.

ALONSO, Daniela. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula**. Revista Nova escola, 2013. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula> Acessado em: 26 de junho de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade. 20/12/2000, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf> Acessado em: 16 de abril de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Lei nº 13146/15 de 06 de Julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325/lei-13146-15#art-27>

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ermani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2004.

REIS, Rita Aparecida dos. **O Contexto Escolar em Análise**: as práticas interdisciplinares e as mudanças no cotidiano escolar. 2008.

RODRIGUES, David. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Sammus, 2006.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da Educação Especial**. Revista de Educação do IDEAU, vol.5-nº12-julho-dezembro-2010, Semestral.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica [et al.] . _ Brasília: MEC, SEESP, 2 v. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia da política. – Petrópolis: Vozes, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos da. **“Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva**. Campinas, SP, Papirus, 1998.

VARANI, A.; MARTINS, M. F.; DOMINGUES, T.C. **Entrevista Luiz Carlos de Freitas:** “A organização do trabalho pedagógico no contexto atual do ensino público brasileiro”. Sorocaba/SP, 2016.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA PARA PROFESSOR

Prezado Professor (a) e Diretor (a), a referida entrevista foi elaborada com o quesito de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, campus Cajazeiras, intitulado “Educação Inclusiva na Perspectiva dos Sujeitos com Deficiência Auditiva”. Diante disso solicito vossa participação em responder as questões abaixo, onde serão preservadas as identidades dos entrevistados.

Dados de identificação do professor/ou diretor:

Nome: _____

Escola: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Carga Horária: _____

Formação acadêmica: _____

Pós-graduação: () sim () não – Qual (is): _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação na escola: _____

Tipo de vínculo empregatício: () concursado () contratado

Perguntas para professores

- Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?
- Como é atendida a criança com surdez em sala regular e especializada?
- De que maneira a escola oferece suporte para as crianças surdas?
- Os órgãos responsáveis oferecem formações continuadas para equipe docente? Quais?
- Qual formação você tem para ensinar os alunos surdos? Está formação foi adquirida através de recursos próprios ou oferecidos pela escola?
- Você se sente preparado para atuar em sala de aula com alunos com deficiência auditiva?
- Apresente as dificuldades encontradas para realizar o trabalho docente em uma sala com crianças surdas, e quais as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades?

- Quais os recursos pedagógicos utilizados para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos nas salas de ensino regular?
- Na sua perspectiva como melhorar o ensino para ajudar as crianças surdas?
- Você ver algum ponto positivo ao trabalhar com crianças surdas?
- Você gostaria de acrescentar algo sobre a criança surda ou sobre a inclusão?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) no estudo intitulado “Educação Inclusiva na Perspectiva dos Sujeitos com Deficiência Auditiva”, coordenado pela professora Nozângela Maria Dantas Rolim e vinculada a Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Ressaltamos que a sua participação é voluntária e que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade a você.

Este estudo tem por objetivo geral compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência auditiva durante o ensino fundamental. E como objetivos específicos identificar a inclusão de alunos surdos no espaço escolar; investigar como ocorre a participação da família; e, por último, averiguar se os direitos das crianças surdas estejam sendo adquiridos dentro da instituição.

O estudo se faz necessário para discutir o atendimento as crianças com deficiência na rede pública de ensino, com o anseio de buscar melhorias para esse âmbito educacional, que favoreçam o desenvolvimento da autonomia e aprendizagem desses educandos.

Caso você aceite o convite, será submetido a responder uma entrevista semiestruturada composto por perguntas dissertativas que versam sobre a sua concepção sobre a inclusão de crianças surdas e suas práticas para atendê-los nesta instituição.

Os riscos envolvidos com sua participação serão mínimos, a exemplo do risco de constrangimento, o que será minimizado por meio do anonimato dos participantes. Como benefícios da pesquisa destacamos a importância de repensar a sua atuação docente em frente a prática inclusiva com o anseio de contribuir com uma educação gratuita e de qualidade para todos. Para tanto, realizaremos uma reflexão crítica dos dados que serão interpretados confrontado essas informações. Em que ficaram claros, para mim, quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem utilizados e a garantia de confidencialidade.

Cajazeiras/PB, ____/____/2019.

Meirilândia Rufino Lopes
pesquisa Pesquisadora

Assinatura do participante da
RG.: